

**EDITAL CHAMADA PÚBLICA N° 001/2024**

**OBJETO:** Aquisição parcelada de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

**DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:** 29 de janeiro de 2025.

**HORÁRIO:** 08h00min (oito horas).

**PREÂMBULO**

- 1 – OBJETO
- 2 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 3 – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO
- 4 – CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS
- 5 – O PREÇO
- 6 – LOCAL E PERIODICIDADE DE ENTREGA DOS PRODUTO
- 7 – PAGAMENTO
- 8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

**ANEXOS**

- 1 – DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
- 2 – DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA
- 3 – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO ATENDIMENTO DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA
- 4 – PROJETO DE VENDA
- 5 – MINUTA DE CONTRATO

**EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2024**

**O MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO – MS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 03.107.539/0001-32, com sede na Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Porto Murtinho MS, neste ato representada pela Secretária Municipal de Educação, a Senhora RITA DE CASSIA PADILHA, brasileira, Portadora Cédula de Identidade RG n.º 141.451 SSPMS e do CPF/MF nº. 201.629.361-68, residente e domiciliada nesta cidade de Porto Murtinho/MS, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art. 14, da Lei Federal nº 11.947 de 16/07/2009 alterada pela Lei Federal nº 14.660/2023 e na RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 06 de 08/05/2020 alterada pelas RESOLUÇÕES Nºs 20/2020 E 21/2021, e Lei Federal nº 14.133/2021, através da Secretaria municipal de Educação, vem realizar a **Chamada Pública para** Aquisição parcelada de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Os Fornecedores individuais, os Grupos Formais e Informais deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda no dia **29 de janeiro de 2025, às 08h00min (oito horas)**, no Setor de Licitação, com sede à Av. Iaranjeira, nº 264, Centro, anexo ao Polo Acadêmico na Cidade de Porto Murtinho/MS.

**1 – OBJETO**

1.1 – O objeto da presente Chamada Pública é a **Aquisição parcelada de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.**

**2 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

2.1 – As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente licitação correrão a cargo da seguinte execução orçamentária e no exercício seguinte a dotação que a substituir:

Órgão: Secretaria Municipal de Educação  
Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação  
Sub. Função: Administração Geral  
Programa: Primeira Infância  
Projeto/Atividade: Gestão Merenda Escolar – Primeira Infância  
Natureza de despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo  
Fonte de Recursos: 1.0552 - Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Órgão: Secretaria Municipal de Educação  
Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação  
Sub. Função: Administração Geral  
Programa: Garantir uma Educação de Qualidade  
Projeto/Atividade: Gestão da Merenda Escolar  
Natureza de despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo  
Fonte de Recursos: 1.0552 - Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

**3 – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

3.1 - No período e local determinados no preâmbulo deste Edital, os participantes da **Chamada Pública n. 001/2024** deverão apresentar 2 (dois) ENVELOPES lacrados, contendo respectivamente, os documentos necessários para a habilitação (Envelope 01) e o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar (Envelope 02).

3.2 – Os Fornecedores da Agricultura Familiar poderão comercializar sua produção na forma de Fornecedores Individuais, Grupos Informais e Grupos Formais.

3.3 – O **FORNECEDOR INDIVIDUAL** (agricultor não organizado em grupo) deverá apresentar todos os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

**3.3.1 – Envelope 01:**

I. cópia da Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF);

II. extrato da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III. prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

IV. declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues, relacionados no Projeto de Venda, são oriundos de produção própria (Anexo II);

V. declaração de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda (Anexo III);

### **3.3.2 – Envelope 02:**

Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante (Anexo IV).

3.4 – O **GRUPO INFORMAL** (agricultores organizados em grupo) deverá apresentar todos os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

### **3.4.1 – Envelope 01:**

I. cópia de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) de cada agricultor familiar participante;

II. extrato da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III. prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

IV. declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no Projeto de Venda (Anexo II);

V. declaração de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda (Anexo III);

### **3.4.2 – Envelope 02:**

Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar constando o CPF, o nº da DAP física e a assinatura de todos os Agricultores Familiares participantes (Anexo IV).

3.5 – O **GRUPO FORMAL** (cooperativas e associações de agricultores familiares devidamente formalizadas) deverá apresentar todos os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

### **3.5.1 – Envelope 01:**

I. cópia de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); extrato da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;

II. cópia do comprovante de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

III. cópias do Estatuto e Ata de Posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;

IV. declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados relacionados no Projeto de Venda (Anexo II);

V. declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados (Anexo III);

VI. prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

### **3.5.2 – Envelope 02:**

Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar com assinatura do representante legal da associação ou cooperativa (Anexo IV).

**3.6** Como prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normas específicas, para produtos **MANIPULADOS/PROCESSADOS** oriundos da agricultura familiar, deve-se apresentar, juntamente com qualquer outra documentação sanitária que venha a ser exigida, conforme o produto ofertado, os seguintes documentos:

**I. Licença Sanitária ou Alvará Sanitário** da Agroindústria do local onde o produto é processado/manipulado, no caso de produtos de origem vegetal ou panificados.

**II. Certificado de Registro de Estabelecimento no Ministério da Agricultura**, no caso de polpas de frutas.

**III. Certificado de Inspeção Sanitária** do Serviço de Inspeção Municipal – SIM; ou do Serviço de Inspeção Estadual – SIE; ou do Serviço de Inspeção Federal – SIF; ou do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI, no caso de produtos de origem animal (mel, laticínios e carnes).

**IV. Certificado de Vistoria do Veículo** utilizado para entrega de produtos refrigerados, de origem animal (laticínios e carnes), cujo transporte deve ocorrer em veículo fechado, isotérmico e/ou refrigerado, devidamente compatível com as características do alimento.

**3.6.1** Os documentos apresentados devem abranger a atividade a qual o alimento ofertado se classifica.

**3.6.2** No caso de contrato firmado entre os agricultores produtores e uma empresa terceirizada para o processamento de um determinado alimento, também deve ser encaminhada a documentação sanitária da empresa, bem como a de vistoria do veículo utilizado por ela para transporte de produtos de origem animal (laticínios e carnes).

**3.7** – O(s) projeto(s) de venda a ser(em) contratado(s) será(ão) selecionado(s) conforme critérios estabelecidos pelo art. 35 da Resolução/FNDE nº 06/2020.

**3.8** – Devem constar nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o nome, o CPF e nº da DAP Física de cada agricultor familiar fornecedor quando se tratar de Fornecedor Individual ou Grupo Informal, e o CNPJ e DAP jurídica da organização produtiva quando se tratar de Grupo Formal.

**3.9** – A sessão pública para análise dos documentos de habilitação e dos projetos de venda dos proponentes que serão apresentados e julgados, deverá ser registrada em ata do início ao término do prazo de apresentação dos projetos.

**3.10** – A Unidade Executora, após, a análise da documentação citada no item 3.9, terá o prazo de 3 dias para fazer o lançamento do resultado da sessão pública no **Diário Oficial dos Municípios e no Site do Município**. Caso, seja verificado que o proponente vencedor tenha ultrapassado o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP/Ano/Entidade Executora, será(ão) chamado(s) o(s) próximo(s) colocado(s) e assim sucessivamente até a classificação necessária à contratação.

**3.11** – A Unidade Executora deverá entrar no site [dap.mda.gov.br](http://dap.mda.gov.br) e verificar se está válida.

**3.12** - Na ausência ou desconformidade de qualquer documento necessário à habilitação, quando solicitadas, a Unidade Executora poderá conceder o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a regularização das desconformidades.

#### **4 – CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**4.1** – Serão consideradas classificadas as propostas que preencherem as condições fixadas nesta Chamada Pública.

**4.2** – Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em:

I. Grupo de projetos de fornecedores locais: Entendem-se por projetos de fornecedores locais aqueles oriundos de agricultores familiares ou de suas organizações com sede no próprio município onde se localizam as escolas.

II. Grupo de projetos do território rural: Os projetos do território rural se caracterizam por um conjunto de municípios unidos pelo mesmo perfil econômico e ambiental, com identidade e coesão social e cultural, e são definidos pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Os municípios que integram Territórios Rurais<sup>1</sup>, caso não consigam adquirir a totalidade dos produtos da agricultura familiar no próprio município, deverão priorizar projetos oriundos de outros municípios que compõem o Território Rural do qual fazem parte. Os demais municípios, ou seja, aqueles que não integram um Território Rural, não utilizarão esse critério de priorização.

III. Grupo de projetos do estado: Os projetos do estado são aqueles oriundos de agricultores familiares ou de suas organizações com sede em qualquer município do estado onde se localizam as escolas.

IV. Grupo de projetos do País: Os projetos do País são aqueles oriundos de agricultores familiares ou de suas organizações com sede em qualquer município do País onde se localizam as escolas.

4.3 – Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I. O grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos;

II. O grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País.

III. O grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País.

4.4 – Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I. Os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes.

Serão considerados grupos formais e grupos informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50% + 1 dos associados/cooperados das organizações produtivas, no caso de grupo formal, e 50% + 1 dos fornecedores agricultores familiares, no caso de grupo informal, conforme identificação na(s) DAP(s).

a) No caso de empate entre grupos formais, terão prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados.

b) No caso de empate entre grupos informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, conforme identificação na(s) DAP(s).

II. Os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

III. Os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física).

a) No caso de empate entre grupos formais terão prioridade os grupos com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme DAP Jurídica.

b) No caso de empate entre grupos informais terão prioridade os grupos com o maior número de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais participantes.

4.5 – Em caso de persistir o empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre os projetos finalistas e habilitados.

4.6 – Em não se obtendo as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, em acordo com os critérios de seleção e priorização citados nos itens 4.3 e 4.4.

## **5 – O PREÇO**

5.1 – O preço de aquisição será aquele indicado no Anexo I, o qual refere-se ao preço médio pesquisado em mercados em âmbito local, territorial, estadual ou nacional, nessa ordem, quando o produto a ser adquirido não constar na lista do Preço Referência.

5.2 – Os preços dos produtos orgânicos ou agroecológicos poderão ser acrescidos em até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, conforme Lei n. 12.512, de 14/10/2011.

## **6 – LOCAL E PERIODICIDADE DE ENTREGA DOS PRODUTO**

6.1 – Os produtos deverão ser entregues nas Escolas Municipais, conforme endereço em anexo abaixo, em dias úteis das **07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00** de acordo com o cronograma expedido pela Nutricionista.

<b>ESCOLAS</b>	<b>ENDEREÇO DA UNIDADE</b>
Escola Municipal Thomaz Larangeira;	Rua Coronel Pinto, 171, Centro.
Escola Municipal Cívico-Militar Claudio de Oliveira;	Rua Amadeo Santos Silva nº 89
EMEI Primeiros Passos;	Rua Coronel Ponce, 621. Centro.
Escola Municipal Nossa Senhora de Caacupe;	Rua Luiz de Albuquerque, 1.632. Nossa Senhora Caacupe.
Escola Municipal Rural de Educação Infantil e Ensino Fundamental Bonifácio Gomes;	Colônia Bocaíval, Zona Rural.
Cei Laura Vicuna;	Rua João Paes de Barros, 597. Jockey Clube.
Ceinf Rafael Cortada Codorniz;	Rua Amadeu Santos e Silva, 221. Florestal.

## **7 – PAGAMENTO**

7.1 – O pagamento será em até 30 dias, após a verificação da validade da DAP, juntamente com a nota fiscal, através de depósito em conta corrente, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada à antecipação de pagamento, para cada faturamento. A Unidade Executora deverá entrar no site dap.mda.gov.br e verificar se está válida.

## **8 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

8.1 – A presente Chamada Pública poderá ser obtida no site oficial do Município, [www.porto-murtinho.ms.gov.br](http://www.porto-murtinho.ms.gov.br), durante o período em que a Chamada Pública estiver aberta.

8.2 – Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos de origem animal e vegetal.

8.3 – O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP/Ano/Entidade Executora, e obedecerá às seguintes regras: **(Redação dada pela Resolução CD/FNDE nº 21/2021 de 16 de novembro de 2021.)**

I. Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP/Ano/E.Ex; **(Redação dada pela Resolução CD/FNDE nº 21/2021 de 16 de novembro de 2021.)**

II. Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado deve ser o resultado do número de agricultores familiares, munidos de DAP Familiar, inscritos na DAP Jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula:



VMC = NAF x R\$ 40.000,00 (sendo: VMC: valor máximo a ser contratado. NAF: nº de agricultores familiares (DAPs familiares) inscritos na DAP jurídica). **(Redação dada pela Resolução CD/FNDE nº 21/2021 de 16 de novembro de 2021.)**

8.4 – Na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes à sua publicação, que possam vir a prejudicar o processo e/ou por determinação legal ou judicial, ou ainda por decisão da Unidade Executora, poderá haver:

I. Adiamento do processo;

II. Revogação desta Chamada Pública ou sua modificação no todo ou em parte.

8.5 – A participação de qualquer proponente nesta Chamada Pública implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretratável dos seus termos, regras e condições, assim como dos seus anexos.

8.6 – A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada por meio de Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (Anexo V) que estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da Chamada Pública e da proposta a que se vinculam, bem como do Capítulo I – Dos Contratos, da Lei 14.133/2021, e deverá ser assinado no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da homologação.

8.7 – O proponente deverá apresentar cópia dos documentos solicitados no envelope 1, juntamente aos originais no ato da assinatura do contrato.

8.8 – Faz parte integrante do presente expediente:

Anexo I - Descrição/Especificação dos Gêneros Alimentícios;

Anexo II – Declaração de Produção Própria;

Anexo III – Declaração de Responsabilidade pelo Controle do Atendimento do Limite Individual de Venda;

Anexo IV – Projeto de Venda;

Anexo V – Minuta de Contrato.

Porto Murtinho/MS, 20 de dezembro de 2024.

**RITA DE CÁSSIA PADILHA**  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**ANEXO I**

(Tabela de Preços/Preço Referência)

A Prefeitura Municipal de Porto Murtinho/MS atendendo o disposto na Lei Federal 11.947, de 16 de julho de 2009, alterada pela Lei Federal nº 14.660/2023 e a RESOLUÇÃO/FNDE nº 06/2020 *Alteradas pela Resolução CD/FNDE nº 20/2020 de 02 de dezembro de 2020 e Resolução CD/FNDE nº 21/2021 de 16 de novembro de 2021*, declara que se encontra aberto o Edital para compra de Gêneros Alimentícios para a Merenda Escolar. A demanda estimada de produtos a serem adquiridos segue abaixo e com as respectivas especificações técnicas dos alimentos a serem adquiridos, bem como os preços de referência:

**DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO DOS GÊNEROS**

**Chamada Pública nº 001/2024**

Item	Descrição	Und	Qnt	VALOR UNIT. R\$	TOTAL R\$
1	<b>Alface</b> , com ou sem cabeça, pé bem desenvolvido pesando 400 g aproximadamente, sem manchas e com coloração uniforme, turgescer, intactas, firmes e bem desenvolvidas, sem ferimentos ou defeitos, livres de terra nas folhas externas.	Und	3.000	7,53	22.590,00
2	<b>Abóbora, cabotiã</b> , de primeira qualidade, in natura, tamanho e coloração uniforme, polpa firme, livre de sujidades, parasitas, larvas, resíduos de fertilizantes. Deverá estar em perfeito estado para consumo. Embalado em sacos de polietileno, transparente, atóxico e intacto.	Kg	800	7,46	5.968,00
3	<b>Batata Doce</b> , sem ferimentos ou defeitos, de primeira, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	500	6,99	3.495,00
4	<b>Beterraba</b> lavada, sem ferimentos ou defeitos, de primeira, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	900	6,21	5.589,00
5	<b>Cheiro Verde</b> , com coloração uniforme sem manchas, ferimentos ou defeitos.	Maço	800	7,96	6.368,00
6	<b>Cenoura</b> , sem folhas, de primeira, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenras, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície externa.	Kg	1000	7,63	7.630,00
7	<b>Couve manteiga</b> , com coloração uniforme sem manchas, ferimentos ou defeitos.	Maço	850	6,62	5.627,00
8	<b>Feijão Carioca</b> , grãos inteiros, em embalagem, com dados de identificação do produto, prazo de validade, peso líquido, de acordo as Normas e Resoluções vigentes.	Kg	2.500	10,27	25.675,00
9	<b>Feijão Preto</b> , grãos inteiros, em embalagem, com dados de identificação do produto, prazo de validade, peso líquido, de acordo as Normas e Resoluções vigentes.	Kg	600	9,55	5.730,0
10	<b>Limão tahiti</b> maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em	Kg	800	5,25	4.200,00



	condições adequadas para consumo.				
<b>11</b>	<b>Mandioca</b> crua descascada, congelada, embalado em pacote de 1 kg, tipo branca/ amarela, de primeira, raízes grandes, grau normal de evolução no tamanho, sabor e cor próprios da espécie, uniforme, inteiras, sem ferimentos ou defeitos, não fibrosa, livres de terra e corpos estranhos aderentes a superfície externa e isenta de umidade.	Kg	1.200	10,39	12.468,00
<b>12</b>	<b>Mel</b> , rico em nutrientes. Embalagem com indicação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade de acordo com as normas e resoluções vigentes.	Kg	800	43,52	34.816,00
<b>13</b>	<b>Melancia</b> , de primeira, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície externa.	Kg	2.000	4,36	8.720,00
<b>14</b>	<b>Pepino</b> , de primeira, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície externa.	Kg	300	6,98	2.094,00
<b>15</b>	<b>Ponkan</b> , de primeira, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície externa.	Kg	1.100	6,76	7.436,00
<b>16</b>	<b>Rúcula</b> , com coloração uniforme sem manchas, ferimentos ou defeitos.	Und	750	6,43	4.822,50
<b>17</b>	<b>Tomate, tipo salada</b> tamanho médio, sem ferimentos ou defeitos, com coloração uniforme e brilho.	Kg	1.100	10,22	11.242,00
<b>18</b>	<b>Tomate, tipo cereja</b> , sem ferimentos ou defeitos, com coloração uniforme e brilho.	Kg	750	13,44	10.080,00
<b>VALOR TOTAL DA CHAMADA PÚBLICA: R\$ 184.550,50 (cento e oitenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta reais e cinquenta centavos).</b>					

*(MODELO FORNECEDOR INDIVIDUAL E GRUPO INFORMAL)*

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA**

Chamada Pública nº 001/2024

Eu, ....., inscrito(a) no CPF nº ..... e DAP Física nº ..... DECLARO para fins de participação na Chamada Pública nº ...../....., no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que os gêneros alimentícios relacionados no projeto de venda em meu nome são oriundos de produção própria.

..... (*local*), ..... de ..... de ..... (*data*).

.....

Nome e assinatura do agricultor familiar

(MODELO GRUPO FORMAL)

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA**

Chamada Pública nº 001/2024

Eu, ....., representante da  
Cooperativa/Associação ....., inscrita no CNPJ nº ..... e DAP  
Jurídica nº ..... DECLARO para fins de participação na Chamada Pública nº ...../.....,  
no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que os gêneros alimentícios  
relacionados no projeto de venda são oriundos de produção própria dos cooperados/associados que  
possuem DAP física e compõe esta Cooperativa/Associação.

..... (local), ..... de ..... de ..... (data).

.....  
Nome e assinatura do representante legal da Cooperativa/Associação

(MODELO FORNECEDOR INDIVIDUAL/ GRUPO INFORMAL)

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO  
ATENDIMENTO DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA**

Chamada Pública nº 001/2024

Eu, ....., inscrito(a) no CPF nº....., DAP nº ....., DECLARA que se responsabilizará pelo controle do limite individual de venda de gêneros alimentícios dos Agricultores e Empreendedores Familiares Rurais, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP/ano civil/Entidade Executora referente à sua produção, considerando os dispositivos da Lei nº 11.947/2009, Resolução/FNDE nº 06/2020 e alterações posteriores que regem o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e demais documentos normativos, no que couber.

..... (local), ..... de ..... de ..... (data).

.....

Nome e assinatura do agricultor familiar

(MODELO GRUPO FORMAL)

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO  
ATENDIMENTO DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA DOS  
COOPERADOS/ASSOCIADOS (GRUPO FORMAL)**

Chamada Pública nº 001/2024

O(A) ..... (nome do Grupo Formal), inscrita no CNPJ nº....., DAP Jurídica nº ....., com sede na ..... (endereço da cooperativa/associação), neste ato representado(a) por ..... (nome do representante legal da cooperativa/associação), portador (a) do RG nº ....., CPF nº ....., nos termos do Estatuto Social, DECLARA que se responsabilizará pelo controle do limite individual de venda de gêneros alimentícios dos Agricultores e Empreendedores Familiares Rurais que compõem o quadro social desta Entidade, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP/ano civil/Entidade Executora referente à sua produção, considerando os dispositivos da Lei nº 11.947/2009, Resolução/FNDE nº 06/2020 e alterações posteriores que regem o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e demais documentos normativos, no que couber.

..... (local), ..... de ..... de ..... (data).

.....  
Nome e assinatura do representante legal da Cooperativa/Associação

(MODELO FORNECEDOR INDIVIDUAL)

**ANEXO IV**

**PROJETO DE VENDA**

Chamada Pública nº 001/2024

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE					
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº					
I- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR					
FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL					
1. Nome do Proponente				2. CPF	
3. Endereço		4. Município/UF			5.CEP
6. Nº da DAP Física		7. DDD/Fone		8.E-mail (quando houver)	
9. Banco		10.Nº da Agência		11.Nº da Conta Corrente	
II- Relação dos Produtos					
Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição*		Cronograma de Entrega dos produtos
			Unitário	Total	
OBS: * Preço publicado no Edital n XX/XXXX mesmo que consta na chamada pública).					
III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC					
Nome		CNPJ			Município
Endereço					Fone
Nome do Representante Legal				CPF	
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.					
Local e Data:		Assinatura do Fornecedor Individual		CPF:	



[illegible]

# ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO



				Total do projeto	
OBS: * Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).					
IV - TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO					
1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço Unidade	5. Valor Total por Produto	6. Cronograma de Entrega dos Produtos
				<b>Total do projeto:</b>	
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.					
Local e Data:		Assinatura do Representante do Grupo Informal		Fone/E-mail: CPF:	
Local e Data:		Agricultores (as) Fornecedores (as) do Grupo Informal		Assinatura	

(MODELO GRUPO FORMAL)

ANEXO IV

PROJETO DE VENDA

Chamada Pública nº 001/2024

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE					
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº					
I - IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES					
GRUPO FORMAL					
1. Nome do Proponente			2. CNPJ		
3. Endereço		4. Município/UF			
5. E-mail		6. DDD/Fone			7. CEP
8. Nº DAP Jurídica		9. Banco	10. Agência Corrente	11. Conta Nº da Conta	
12. Nº de Associados		13. Nº de Associados de acordo com a Lei nº 11.326/2006		14. Nº de Associados com DAP Física	
15. Nome do representante legal		16. CPF		17. DDD/Fone	
18. Endereço			19. Município/UF		
II - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC					
1. Nome da Entidade			2. CNPJ		3. Município/UF
4. Endereço				5. DDD/Fone	
6. Nome do representante e e-mail				7. CPF	
III - RELAÇÃO DE PRODUTOS					
1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço de Aquisição*		5. Cronograma de Entrega dos produtos
			4.1. Unitário	4.2. Total	
OBS: * Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).					
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.					
Local e Data		Assinatura do Representante do Grupo Formal		Fone/E-mail:	

**ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO**

*Contrato celebrado entre o **Município** Porto Murtinho/MS e o grupo **XXXXXXXXXXXXXXX**, representado pelo Senhor(a) **XXXXXXXXXXXXXXX**.*

**O MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO MS**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 03.107.539/0001-32, com sede administrativa localizada na Rua Cel. Pedro Celestino, S/Nº, Centro, nesta cidade de Porto Murtinho -MS, neste ato representada pela Secretária Municipal de Educação, Senhora, RITA DE CASSIA PADILHA, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 141.451-SSP/MS e do CPF nº 201.629.361-68, residente e domiciliada, nesta cidade de Porto Murtinho-MS, doravante, denominado CONTRATANTE e a empresa XXXXXXXXX, neste ato, representada pelo Sr(a)XXXXXXXXXXXXXXX, doravante, denominada CONTRATADA.

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

1.1 – É objeto desta contratação é **Aquisição parcelada de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**, de acordo com a chamada pública **Nº. 001/2024**, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

2.1 – O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE, conforme descrito na Cláusula Quarta deste contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

3.1 – O limite individual de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar será de até **R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)** por Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA:**

4.1 – Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro) de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o(a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de **R\$-----** -- (-----).

a) O recebimento das mercadorias dar-se á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO XXXXXXXXXX					
NOME DO FORNECEDOR		Nº CPF:		Nº DAP	
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTDE(S)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
TOTAL DO PROJETO:					

**CLÁUSULA QUINTA:**

5.1 – As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias prevista no item 2 da **Chamada Pública n.º 001/2024**:

Órgão: Secretaria Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação

Sub. Função: Administração Geral

Programa: Primeira Infância

Projeto/Atividade: Gestão Merenda Escolar – Primeira Infância

Natureza de despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte de Recursos: 1.0552 - Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Órgão: Secretaria Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação

Sub. Função: Administração Geral

Programa: Garantir uma Educação de Qualidade

Projeto/Atividade: Gestão da Merenda Escolar

Natureza de despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte de Recursos: 1.0552 - Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

**CLÁUSULA SEXTA:**

6.1 – O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula quarta, alínea “a”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

7.1 – O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,01% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

**CLÁUSULA OITAVA:**

8.1 – É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA NONA:**

9.1 – O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

10.1 – A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA:**

11.1 – A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

**CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA:**

12.1 – O presente contrato rege-se, ainda, pela **Chamada Pública n. 001/2024**, pela Resolução/FNDE nº 06/2020 e alterações posteriores, pela Lei nº 14.133/2021 e pela Lei nº 11.947/2009, em todos os seus termos.

**CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA:**

13.1 – Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA DECIMA QUARTA:**

14.1 – As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento e-mail, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA DECIMA QUINTA:**

15.1 – Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DECIMA SEXTA:**

16.1 – O instrumento contratual terá vigência até dia 31 de dezembro de 2025, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 107 Lei n.º 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA:**

17.1 – A presente Chamada Pública é regulada pelas leis brasileiras, sendo exclusivamente competente o Foro da Comarca de Porto Murtinho/MS para conhecer e julgar quaisquer questões dele decorrentes.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas

Porto Murtinho/MS, .....de ..... de 2024.

.....,  
Secretária Municipal de Educação.

.....,  
Contratada

.....,

Testemunhas:

1ª).....

2ª).....